



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
ESTADO DE PERNAMBUCO

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades do plano de Erradicação Infantil - PETI - do Governo Federal, nos termos do inciso IX do art.37 da, Constituição Federal e dá outras providencia.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO - PE
CNPJ: 40.893.869/0001-27
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Código de Autenticidade: **01P802VRD322**
Emitido em, 01 de October de 2025 às 15h:30m

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



, LEI Nº 137 DE 31 DE MARÇO DE 2000

EMENTA: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades do Plano de Erradicação Infantil - PETI - do Governo Federal, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender as necessidades do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado, a efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazo desta Lei.

Art. 2º - As contratações serão feitas observando - se o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e artigo 97, inciso VII da Constituição Estadual.

Art. 3º - O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo / simplificado.

Parágrafo Único - O contratado terá que ter formação em magistério.

Art. 4º - O prazo máximo da contratação será de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

I - a remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será o salário mínimo;

II - duração do trabalho normal não superior a 08 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

III - gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos 1/3 (um terço) a mais do que a remuneração normal;

IV - décimo terceiro salário com base na remuneração.

Art. 5º - O pagamento do pessoal contratado nos ter

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



f1.02

Lei, de servidores da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de em pregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo Único - Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto a devolução dos valores pagos ao contratado.

Art. 7º - Fica vedado ao pessoal contratado nos ter mos desta Lei:

I - receber atribuições, funções ou encargos não pre vistos no respectivo contrato;

II - ser nomeado, designado, ainda que a título precá rio ou em substituição, para o exercício de cargo comissionado ou função de confiança;

Parágrafo Único - a inobservância do disposto neste / artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da respon sabilidade administrativa das autoridades que lhe derem caudas.

Art. 8º - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei, serão apuradas mediante / sindicância, concluída no prazo de trinta dias, assegurada ampla / defesa.

Art. 9º - O contrato firmado de acordo com esta Lei, extingui r-se-á sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II- por iniciativa do contratado;

III-pela execução total antecipada das atividades do programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -.

Parágrafo Único - A extinção do contrato no caso do inciso II, deste artigo, será comunicado com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 10 - Os contratados contribuirão para o Regime / Geral da Previdência Social.

Art. 11 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei, será contado para todos os efe tos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



f1.03

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 31 de março de 2000.

Manuel Severino da Silva
MANUEL SEVERINO DA SILVA
= PREFEITO =